



ACÓRDÃO Nº 316/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10708/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Careiro da Várzea.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Agostinho Ferreira Neto – Presidente da Câmara Municipal.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 362/2017-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 993/995).
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Careiro da Várzea. Exercício de 2014.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Agostinho Ferreira Neto, responsável pela Câmara Municipal de Careiro da Várzea, no curso do exercício 2014, nos termos do art. 22, inciso II c/c art. 24, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Agostinho Ferreira Neto no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do artigo 53, parágrafo único da Lei nº 2423/96, em razão das seguintes impropriedades não sanadas:
 - 9.2.1. Desatualização do Portal da Transparência, contrariando o disposto na LC 131/2009 e Decreto nº 7.185/2010;
 - 9.2.2. A extrapolação do limite de gastos desse órgão (7,12%), em descumprimento ao disposto no artigo 29-A, § 2º, inciso I da Constituição Federal;
 - 9.2.3. Ausência da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos responsáveis técnicos pela elaboração do



ACÓRDÃO Nº316/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Projeto Básico e/ou Orçamento e pela execução da obra/serviço de engenharia;

- 9.2.4.** Ausência do Diário de Obra ou documento equivalente nos ajustes;
- 9.2.5.** Ausência de Boletins de medição e/ou reajustes (art. 67, § 1º da Lei nº 8666/93);
- 9.2.6.** Ausência de Laudo de vistoria, com registro fotográfico, emitido pela comissão de fiscalização nomeada (engenheiros e /ou arquitetos com registros nos Conselhos de Classe) para acompanhamento e fiscalização da obra/serviço;
- 9.2.7.** Ausência de planilhas de detalhamento de parte dos serviços executados.
- 9.3.** Devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.4.** Recomendar a origem, a estrita observância das normas constitucionais e legais aplicáveis, notadamente as contidas na Lei 4.320/64, Lei 8.666/93, Lei 101/2000 (LRF), LC 131/2009 e Decreto nº 7.185/2010 Lei 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) e demais Resoluções desta Corte;
- 9.5. Determinar** ao Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que:
- 9.5.1.** Encaminhe à atual Administração da Câmara Municipal do Careiro da Várzea, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;
- 9.5.2.** Notifique o Senhor **AGOSTINHO FERREIRA NETO, Presidente da casa legislativa** à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;



ACÓRDÃO Nº 316/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.5.3. Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 4 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral